



PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA

EXERCÍCIO DE 2024



CÂMARA MUNICIPAL DE SOUSEL

Relatório de Gestão Consolidado 2024

MENSAGEM DO PRESIDENTE	2
NOTA INTRODUTÓRIA	3
METODOLOGIA.....	4
ATIVIDADE INSTITUCIONAL	6
ANÁLISE FINANCEIRA.....	7
BALANÇO CONSOLIDADO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA	9
ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	10
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	12
BALANÇO CONSOLIDADO	12
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADA.....	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA.....	17
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	19
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	41
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	43
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA	45

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Município de Sousel aprovou a sua conta individual referente ao ano 2024 em abril de 2025.

Conforme é minha convicção é importante que os órgãos democraticamente eleitos tenham maior consciência da responsabilidade em “Prestar Contas”.

O Município de Sousel integra a empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A., conjuntamente com mais 9 Municípios correspondendo a participação do Município de Sousel a 7,2466%.

Foi analisada pelos serviços do Município a necessidade de consolidar contas, tendo sido solicitado em 2023 um parecer jurídico à CCDR Alentejo, mas que até ao momento aquela entidade ainda não emitiu o parecer jurídico, limitando-se a informar que este estava em análise.

Porém, é entendimento do Município de Sousel que existe obrigatoriedade de Prestação de Contas Consolidadas, uma vez que consta do contrato de Gestão Delegada a obrigatoriedade de unanimidade de votação por todos os Municípios, no exercício dos poderes constantes desse contrato, não podendo esses poderes ser exercidos pelos mesmos de forma maioritária individual nem autónoma.

Ainda que alguma dúvida subsistisse a esta interpretação, a opção pela elaboração de contas consolidadas protege os eleitos, o Município e promove a garantia de confiança, eficiência, eficácia e transparência inerentes ao exercício de gestão de recursos públicos.

Nestes termos apresentam-se de seguida as contas consolidadas do Município de Sousel.

NOTA INTRODUTÓRIA

Em conformidade com o disposto no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Dispõe o artigo 75.º do referido diploma que o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, devendo ainda serem consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Nestes termos, o grupo municipal é constituído pelo Município de Sousel, entidade Consolidante e pela entidade consolidada Águas do Alto Alentejo, E.I.M. S.A.

Refere o artigo 76.º do RFALEI que os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas. Este sistema permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

METODOLOGIA

A elaboração da prestação de contas consolidadas do Município de Sousel para o exercício de 2024 teve subjacente os seguintes normativos:

- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro - Lei de Enquadramento Orçamental (LEO);
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Instrução n.º 1/2019 - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC);
- Resolução n.º 4/2024 do Tribunal de Contas - Prestação de contas relativas ao ano de 2024 e gerências partidas de 2025;
- Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

No SNC-AP os interesses em outras entidades são regulados pelas seguintes normas:

- NCP 21 – Demonstrações Financeiras Separadas - O objetivo desta Norma é prescrever os requisitos de contabilização e divulgação aplicáveis aos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas.
- NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas - O objetivo desta Norma é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.
- NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos - O objetivo desta Norma é prescrever o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial no tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.
- NCP 24 – Acordos Conjuntos - O objetivo desta Norma é prescrever os princípios e relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente (ou seja, acordos conjuntos).

Adicionalmente, podem ainda aplicar-se as seguintes normas:

- NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
- NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

- NCP 18 – Instrumentos Financeiros
- NCP 20 – Divulgação de Partes Relacionadas

Nos termos do artigo 7.º do SNC-AP é estabelecido, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26);
- Perímetro de natureza financeira (NCP22).

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes. No entanto não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.

Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidada, os municípios apresentam os mapas orçamentais com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.

Relativamente ao perímetro de consolidação orçamental, no caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Da consulta efetuada à publicação deste conjunto de entidades, não se verifica que a Entidade Consolidada conste da mesma, pelo que o perímetro de consolidação orçamental, apenas se reporta às contas orçamentais do Município de Sousel.

Quanto ao perímetro de consolidação financeira, no caso do Município de Sousel, as contas consolidadas, irão refletir o valor da participação financeira detida na entidade Águas do Alto Alentejo E.I.M., S.A., através do reconhecimento da referida participação, por aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP), pelo que foram reconhecidas as variações no capital próprio da participada e o resultado líquido do período de 2024, em função da percentagem detida.

ATIVIDADE INSTITUCIONAL

O Município de Sousel pretende, com o presente relatório de atividades, informar os munícipes sobre as atividades mais relevantes desenvolvidas pelo município no ano 2024.

A Câmara de Sousel tem como principal objetivo facilitar a vida aos munícipes e tem como missão prestar serviços públicos de qualidade, por isso é fundamental que as pessoas estejam informadas.

Os serviços prestados têm como finalidade a oferta dos melhores índices de qualidade de vida a todos os que escolheram Sousel para viver.

O ano 2024 foi um ano de grande resiliência, uma vez que também a Guerra na Ucrânia afetou fortemente os preços de mercado e consequentemente os setores económicos e sociais. Também o escalar da guerra no médio oriente veio agudizar a forma de vida das pessoas, pois a insegurança e a escalada de preços, tanto de bens e serviços como da habitação, têm sido um grande fator de insegurança. Estas componentes têm exigido o desenvolvimento de políticas públicas adequadas à nova realidade, mas não perdendo de vista as necessidades futuras das populações. O investimento público tem assim assumido uma dupla vertente, ao contribuir, por um lado, para um aumento da qualidade de vida dos cidadãos e simultaneamente para ser um estimulador do investimento privado.

É neste sentido que os gastos públicos convergem, pois para além de materializarem a criação de infraestruturas, podem ainda impulsionar o investimento privado e compensar o declínio do investimento privado durante a época de recuperação económica, como aquela que vivemos.

Para além das áreas tradicionais de atuação das autarquias, a Câmara Municipal de Sousel trabalha hoje em políticas públicas de vanguarda que tocam muitos domínios da vida coletiva, dentro da realidade em que vivemos, mas com os olhos colocados no futuro. Dar a conhecer essas respostas não é só um ato transparente da administração do concelho, mas uma forma de garantir que temos um Estado Social forte, ágil e moderno, ao serviço de um projeto de sociedade próspera e solidária.

O SNC-AP traz uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

ANÁLISE FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração dos resultados consolidados. Esta consolidação decorre do facto de o Município de Sousel deter uma participação de 7,2466% na Empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, SA.

Tal consolidação baseia-se no facto de o artigo 75º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro estabelecer que devem ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Por outro lado, estabelece a NPC 22 que se a entidade tem um controlo conjunto sobre a outra entidade e se tem influência significativa nos termos da NPC 23, contabiliza o interesse de acordo com o MEP.

Ora, o Ponto 6.3. do Contrato de Gestão delegada celebrado entre a empresa e os municípios integrantes, estabelece que o exercício dos poderes referidos nos pontos 6.1 e 6.2 do Contrato é realizado de forma unânime e conjunta por todos os municípios, não podendo ser exercido pelos mesmos de forma maioritária, individual nem autónoma.

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 2024 o ativo do Município de Sousel atingiu os 37.591.046,39 euros o que significa um aumento de 917.924,32 euros face ao ano anterior. De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Quadro A - Evolução do Ativo			
Componentes do Ativo	2024	2023	Δ 24/23
Ativos fixos tangíveis	27 933 176,78	28 282 921,60	-1,2%
Ativos intangíveis	2 569 233,34	17 869,74	14277,6%
Propriedades de investimento	18 851,03	2 640 490,42	-99,3%
Participações financeiras	2 008 483,08	2 029 284,86	-1,0%
Diferimentos			
Ativo não corrente	32 529 744,23	32 970 566,62	-1,3%
Inventários	44 872,60	34 414,76	30,4%
Devedores p/ transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	38 695,89	-100,0%
Clientes, contribuintes e utentes	151 393,15	215 835,36	-29,9%
Estado e outros entes públicos	119 098,58	133 270,28	-10,6%
Outras contas a receber	724 729,66	541 563,39	33,8%
Diferimentos	5 589,26	37 360,71	-85,0%
Caixa e Depósitos	4 015 618,91	2 701 415,06	48,6%
Ativo Corrente	5 061 302,16	3 702 555,45	36,7%
Total do Ativo	37 591 046,39	36 673 122,07	2,5%

Os ativos fixos tangíveis representam 74,31% do total do ativo, mas registaram uma diminuição de 349.744,82 euros. Esta diminuição deve-se sobretudo à redução do valor dos bens do imobilizado.

As dívidas de terceiros representam 2,65% do ativo, tendo registado um acréscimo.

Os diferimentos ascendem a 5.589,26 euros e dizem respeito a gastos a reconhecer, verificando-se uma diminuição relativamente ao ano anterior.

É de salientar o saldo de disponibilidades regista um montante de 4.015.618,91 euros no final de 2024.

Em relação ao passivo, o Município de Sousel fechou o ano com um valor de 6.412.625,10 euros, sendo constituído em 64,80% por passivo não corrente e em 35,20% por passivo corrente. De seguida podem verificar-se as rubricas.

Quadro B - Evolução do Passivo			
Passivo	2024	2023	Δ 24/23
Provisões	436 515,48	426 767,18	2,3%
Financiamentos obtidos	1 832 325,85	1 887 981,07	-2,9%
Diferimentos	1 235 696,46	1 257 269,39	-1,7%
Fornecedores	650 796,58	684 604,18	-4,9%
Passivo não corrente	4 155 334,37	4 256 621,82	-2,4%
Credores por transf subsídios não reembolsáveis concedidas	9 187,63	8 789,85	4,5%
Fornecedores	145 232,86	225 994,55	-35,7%
Estado e outros entes públicos	86 115,32	87 665,27	-1,8%
Financiamentos obtidos	364 713,01	332 050,54	9,8%
Fornecedores de investimento	1 349,27	36 523,19	-96,3%
Outras contas a pagar	787 489,42	746 276,05	5,5%
Diferimentos	863 203,22	121 536,16	610,2%
Passivo corrente	2 257 290,73	1 558 835,61	44,8%
Total do passivo	6 412 625,10	5 815 457,43	10,3%

Comparando com o período homólogo, o total passivo teve uma variação de 10,3 %, que resulta no aumento de algumas rubricas, nomeadamente a rubrica de diferimentos e de provisões.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA

Regista-se um resultado líquido de -162.871,67 euros influenciado sobretudo pelo peso do resultado líquido negativo das Águas do Alto Alentejo.

Efetuada uma análise aos gastos de 2024, podemos concluir que houve um gasto total na ordem dos 9.845.992,30 euros.

Quadro C - Gastos			
Gastos	2024	2023	Δ 24/23
Transferências e subsídios concedidos	1 210 273,54	1 055 611,36	14,7%
CMVMC	468 410,55	505 405,02	-7,3%
FSE	1 772 589,75	1 378 195,01	28,6%
Gastos com o pessoal	3 778 940,62	3 666 142,36	3,1%
Gastos de depreciação e de amortização	1 874 083,09	1 785 490,55	5,0%
Provisões do período	9 748,30	96 386,77	-89,9%
Outros gastos e perdas	466 523,39	677 126,92	-31,1%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	100 816,46	100 600,98	0,2%
Imparidade de dívidas a receber / Inventários			0,0%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	164 606,60	165 810,70	100,0%
Total	9 845 992,30	9 430 769,67	4,4%

No ano de 2024, as rubricas com maior peso na estrutura dos gastos são os gastos com o pessoal (3.778.940,62 euros) e os gastos com depreciações e amortizações (1.874.083,09 euros). Comparativamente com o período de 2023, os gastos com o pessoal sofreram uma variação de +3,1% justificado apenas pelas atualizações salariais. Já os gastos com depreciações e amortizações estão relacionados com os investimentos feitos nos últimos anos.

Relativamente às transferências e subsídios concedidos, estes constam do mapa 19 – Transferências e subsídios despesa, o qual faz parte integrante da Prestação de Contas 2024 e da nota 23 do Anexo às Demonstrações Financeiras, registando um valor de 1.210.273,54 euros.

Os Fornecimentos e Serviços Externos atingiram o montante de 1.772.589,75 euros, registando uma variação positiva de 28,6%, relativamente ao ano anterior.

Quadro D - Evolução dos Proveitos operacionais			
Proveitos	2024	2023	Δ 24/23
Impostos, contribuições e taxas	886 743,60	876 343,60	-1,2%
Vendas e prestações de serviços	1 043 038,36	886 525,94	-15,0%
Rendimentos /Gastos imputados de entidades			0,0%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 404 747,78	5 168 001,62	-19,3%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	5 918,44	44 199,07	646,8%
Outros rendimentos e ganhos	1 232 319,35	1 032 140,74	-16,2%
Juros e rendimentos similares obtidos	12 360,46	2 696,89	-78,2%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			100,0%
Total	9 585 127,99	8 009 907,86	-16,4%

Da análise dos proveitos operacionais, o maior peso regista-se nas transferências e subsídios, com um peso de 66,82%, revelando uma enorme dependência das transferências provenientes do Orçamento de Estado.

Seguidamente encontram-se os Outros Rendimentos e Ganhos (12,86%) e Vendas e Prestações de Serviços (10,88%).

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Os limites de endividamento surgiram com a entrada em vigor da Lei n.º 2 de 2007, de 15 janeiro. Em 2014 houve alteração nos cálculos do limite de endividamento e respetivamente no apuramento da dívida total, de acordo com os artigos 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual, bem como, o artigo 97.º da Lei n.º 83-c/2013, de 31 de dezembro.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2024 do Município de Sousel face ao limite da dívida total.

O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2024 situou-se nos 3.358.478,11 euros, estando muito longe do limite de endividamento que é de 10.302.877,27 euros.

Quadro E - Limite da dívida total				
Designação	Cobrança 2021	Cobrança 2022	Cobrança 2023	Receita média dos três exercícios anteriores
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS	6 758 075,81 €	6 971 119,08 €	6 876 559,65 €	6 868 584,85 €
				Dívida/ Margem
(1) LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (1.5 vezes média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)				10 302 877,27 €
(2) DÍVIDA TOTAL 01-01-2024 (incluindo Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida)				3 469 743,44 €
	Margem Absoluta			6 833 133,83 €
(3) MARGEM UTILIZÁVEL 01-01-2024 (margem absoluta*40%)				2 844 518,86 €
LIMITE DE ENDIVIDAMENTO PARA 2024				6 314 262,30 €
MUNICÍPIO				
DÍVIDA A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO				2 143 255,48 €
DÍVIDA A FORNECEDORES A MÉDIO E LONGO PRAZO				684 604,18 €
DÍVIDA A TERCEIROS - CURTO PRAZO*				264 618,72 €
Subtotal				3 092 478,38 €
ENTIDADES RELEVANTES PARA EFEITOS DE LIMITE DA DÍVIDA TOTAL				
DÍVIDA EMPRESAS LOCAIS E OUTRAS				265 999,73 €
(4) DÍVIDA TOTAL 31-12-2024				3 358 478,11 €
(5) MONTANTE EXCESSO				0,00 €
(7)=(3)-(4)-(2)) MARGEM DESPONÍVEL POR UTILIZAR				2 955 784,19 €

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2024

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	Individual 31/12/2024	Ajust Acumul 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024	(N-1) 31/12/2023
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	5	27 933 176,78		27 933 176,78	28 282 921,60
Propriedades de investimento	8	2 569 233,34		2 569 233,34	2 640 490,42
Ativos intangíveis	3	18 851,03		18 851,03	17 869,74
Ativos biológicos					
Participações financeiras	18	1 761 502,00	246 981,08	2 008 483,08	2 029 284,86
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis					
Acionistas/sócios/associados					
Diferimentos					
Outros ativos financeiros					
Ativos por impostos diferidos					
Cientes, contribuintes e utentes					
Outras contas a receber					
		32 282 763,15	246 981,08	32 529 744,23	32 970 566,62
Ativo corrente					
Inventários	10	44 872,60		44 872,60	34 414,76
Ativos biológicos					
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18			0,00	38 695,89
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis					
Cientes, contribuintes e utentes	18	151 393,15		151 393,15	215 835,36
Estado e outros entes públicos	18	119 098,58		119 098,58	133 270,28
Acionistas/sócios/associados					
Outras contas a receber	18	724 729,66		724 729,66	541 563,39
Diferimentos	18	5 589,26		5 589,26	37 360,71
Ativos financeiros detidos para negociação					
Outros ativos financeiros					
Ativos não correntes detidos para venda					
Caixa e depósitos	1	4 015 618,91		4 015 618,91	2 701 415,06
		5 061 302,16	0,00	5 061 302,16	3 702 555,45
Total do Ativo		37 344 065,31	246 981,08	37 591 046,39	36 673 122,07
PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
Património/Capital	18	10 545 290,95		10 545 290,95	10 545 290,95
Ações (quotas) próprias					
Outros instrumentos de capital próprio					
Prémios de emissão					
Reservas	18	34 394,74		34 394,74	34 394,74
Resultados transitados	18	1 006 402,74		1 006 402,74	2 261 453,85
Ajustamentos em ativos financeiros	18		411 587,68	411 587,68	433 593,56
Excedentes de revalorização					
Outras variações no Património Líquido	18	19 343 616,85		19 343 616,85	19 003 793,35
Resultado líquido do período		1 734,93	-164 606,60	-162 871,67	-1 420 861,81
Dividendos antecipados					
Interesses que não controlam					
Total do Património Líquido		30 931 440,21	246 981,08	31 178 421,29	30 857 664,64

Município de Sousel - Câmara Municipal					
Balança Consolidado em 31 de Dezembro de 2024				Valores em €	
RUBRICAS	NOTAS	Individual 31/12/2024	Ajust Acumul 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024	(N-1) 31/12/2023
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Provisões	15	436 515,48		436 515,48	426 767,18
Financiamentos obtidos	6/7	1 832 325,85		1 832 325,85	1 887 981,07
Fornecedores de investimentos					
Responsabilidades por benefícios pós-emprego					
Diferimentos	18	1 235 696,46		1 235 696,46	1 257 269,39
Passivos por impostos diferidos					
Fornecedores	18	650 796,58		650 796,58	684 604,18
Outras contas a pagar					
		4 155 334,37	0,00	4 155 334,37	4 256 621,82
Passivo corrente					
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	9 187,63		9 187,63	8 789,85
Fornecedores	18	145 232,86		145 232,86	225 994,55
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes					
Estado e outros entes públicos	18	86 115,32		86 115,32	87 665,27
Acionistas/sócios/associados					
Financiamentos obtidos	6/7	364 713,01		364 713,01	332 050,54
Fornecedores de investimentos	18	1 349,27		1 349,27	36 523,19
Outras contas a pagar	18	787 489,42		787 489,42	746 276,05
Diferimentos	18	863 203,22		863 203,22	121 536,16
Passivos financeiros detidos para negociação					
Outros passivos financeiros					
		2 257 290,73	0,00	2 257 290,73	1 558 835,61
Total do Passivo		6 412 625,10	0,00	6 412 625,10	5 815 457,43
Total do Património Líquido e Passivo		37 344 065,31	246 981,08	37 591 046,39	36 673 122,07

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADA

Município de Sousel - Câmara Municipal					
Demonstração de resultados por natureza Consolidada do período findo em 31 de Dezembro de 2024					Valores em €
RUBRICAS	NOTAS	Individual	Ajustamento	Consolidado	(N-1)
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Impostos, contribuições e taxas	13/14	996 573,12		996 573,12	876 343,60
Vendas	13/14	4 680,22		4 680,22	13 931,92
Prestações de serviços e concessões	13/14	1 038 358,14		1 038 358,14	872 594,02
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	18/23		-164 606,60	-164 606,60	-165 810,70
Transferências e subsídios correntes obtidos	23	6 404 747,78		6 404 747,78	5 168 001,62
Variações nos inventários da produção					
Trabalhos para a própria entidade					
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-468 410,55		-468 410,55	-505 405,02
Fornecimentos e serviços externos	23	-1 772 589,75		-1 772 589,75	-1 378 195,01
Gastos com pessoal	19	-3 778 940,62		-3 778 940,62	-3 666 142,36
Transferências e subsídios concedidos	23	-1 210 273,54		-1 210 273,54	-1 055 611,36
Prestações sociais	23				
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	15				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	-5 918,44		-5 918,44	44 199,07
Provisões (aumentos/reduções)	15	-9 748,30		-9 748,30	-96 386,77
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
Aumentos/reduções de justo valor					
Outros rendimentos	14/23	1 232 319,35		1 232 319,35	1 032 140,74
Outros gastos	23	-466 523,39		-466 523,39	-677 126,92
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 964 274,02	-164 606,60	1 799 667,42	462 532,83
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	-1 874 083,09		-1 874 083,09	-1 785 490,55
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento)		90 190,93	-164 606,60	-74 415,67	-1 322 957,72
Juros e rendimentos similares obtidos	23	12 360,46		12 360,46	2 696,89
Juros e gastos similares suportados	23	-100 816,46		-100 816,46	-100 600,98
Resultados antes de impostos		1 734,93	-164 606,60	-162 871,67	-1 255 051,11
Imposto sobre o rendimento					
Resultado líquido do período		1 734,93	-164 606,60	-162 871,67	-1 255 051,11
Detentores do capital da entidade-mãe					
Interesses que não controlam		1 734,93	-164 606,60	-162 871,67	-1 255 051,11

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido

Município de Sousel - Câmara Municipal																	
Ano: 2024																	
Descrição	Notas	Capital/Património Subscrito	Ações (quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido	Ajustamento - Atividade Consolidado	Ajustamento - Resultado Líquido do Período Consolidado	Total Consolidado
Posição no início do período	(1)	10 545 290,95	0,00	0,00	0,00	34 394,74	2 261 453,85	0,00	0,00	19 003 793,35	-1 255 051,11	30 589 881,78	0,00	30 589 881,78			30 589 881,78
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Alterações no período																	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330 710,62	0,00	330 710,62	0,00	330 710,62			330 710,62
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 255 051,11	0,00	0,00	-50 887,12	1 255 051,11	-50 887,12	0,00	-50 887,12	411 587,68		360 700,56
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 255 051,11	0,00	0,00	339 823,50	1 255 051,11	339 823,50	0,00	339 823,50	411 587,68		751 411,18
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 734,93	1 734,93	0,00	1 734,93		-164 606,60	-162 871,67
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										1 256 786,04	341 558,43	0,00	341 558,43			
Operações com detentores de capital no período																	
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	10 545 290,95	0,00	0,00	0,00	34 394,74	1 006 402,74	0,00	0,00	19 343 616,85	1 734,93	30 931 440,21	0,00	30 931 440,21	411 587,68	-164 606,60	31 178 421,29

Município de Sousel - Câmara Municipal

Ano: 2023

Descrição	Notas	Capital/Património Subscrito	Ações (quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido	Ajustamento - Atividade Consolidado	Ajustamento - Resultado Líquido do Período Consolidado	Total Consolidado
Posição no início do período		(1) 10.545.290,95	0,00	0,00	0,00	34.394,74	2.637.063,52	0,00	0,00	16.388.034,54	-375.609,67	29.229.174,08	0,00	29.229.174,08			29.229.174,08
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Alterações no período																	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.255.158,80	0,00	2.255.158,80	0,00	2.255.158,80			2.255.158,80
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-375.609,67	0,00	0,00	360.600,01	375.609,67	360.600,01	0,00	360.600,01	433.593,56		794.193,57
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-375.609,67	0,00	0,00	2.615.758,81	375.609,67	2.615.758,81	0,00	2.615.758,81	433.593,56		3.049.352,37
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.255.051,11	-1.255.051,11	0,00	-1.255.051,11		-165.810,70	-1.420.861,81
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										-879.441,44	1.360.707,70	0,00	1.360.707,70			
Operações com detentores de capital no período																	
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	10.545.290,95	0,00	0,00	0,00	34.394,74	2.261.453,85	0,00	0,00	19.003.793,35	-1.255.051,11	30.589.881,78	0,00	30.589.881,78	433.593,56	-165.810,70	30.857.664,64

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

Município de Sousel - Câmara Municipal			
Demonstração Consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2024		Valores em €	
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		857.186,87	738.252,91
Recebimentos de contribuintes		719.338,71	931.693,20
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		5.804.353,84	5.125.642,90
Recebimentos de utentes		75.467,35	75.667,88
Pagamentos a fornecedores		-2.438.342,04	-1.927.120,96
Pagamentos ao pessoal		-3.075.599,03	-2.926.857,42
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-1.176.634,85	-1.014.433,03
Pagamentos de prestações sociais		-37.504,18	-32.952,58
Caixa gerada pelas operações		728.266,67	969.892,90
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		54.088,31	70.200,44
Outros pagamentos		-780.288,60	-856.351,18
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2.066,38	183.742,16
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1.221.279,90	-1.628.205,93
Ativos intangíveis		-13.104,13	-3.409,25
Propriedades de investimento			-4.674,00
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		179.437,71	2.878,75
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			348,80
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		1.417.779,59	1.370.398,62
Transferências de capital		1.319.184,21	1.348.771,79
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		12.039,22	2.439,14
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		1.694.056,70	1.088.547,92
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			1.343,38
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-277.180,56	-293.963,53
Juros e gastos similares		-102.210,43	-96.993,16
Dividendos		-2.528,24	-512,22
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-381.919,23	-390.125,53
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		4.015.618,91	2.701.415,06
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.701.415,06	1.819.687,47
- Equivalentes a caixa no início do período		-948.021,18	-289.128,12
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		948.021,18	289.128,12
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		2.701.415,06	1.819.687,47
De execução orçamental		2.514.100,20	1.603.185,15

Município de Sousel - Câmara Municipal			
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2024			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
De operações de tesouraria		187.314,86	216.502,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4.015.618,91	2.701.415,06
- Equivalentes a caixa no fim do período		-683.198,59	-948.021,18
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		683.198,59	948.021,18
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		4.015.618,91	2.701.415,06
De execução orçamental		3.817.073,21	2.514.100,20
De operações de tesouraria		198.545,70	187.314,86

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico.

1.1 - Identificação da entidade e período de relato

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I (caracterização da entidade) e o organograma no ANEXO II.

1.2 – Referencial contabilístico e Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2024	2023
Caixa	3.181,00 €	4.327,74 €
Depósitos à ordem	3.369.127,01 €	1.788.953,83 €
Depósitos à ordem Tesouro	39.887,69 €	39.887,69 €
Depósitos bancários à ordem	3.329.239,32 €	1.749.066,14 €
Outros depósitos	643.310,90 €	908.133,49 €
Depósitos a prazo		
Depósitos de garantias e cauções	191.285,81 €	174.902,10 €
Depósitos consignados	452.025,09 €	733.231,39 €
Total	4.015.618,91 €	2.701.415,06 €

Verifica-se um aumento de 1.314.203,85 euros em caixa e depósitos, influenciada sobretudo pelo aumento proveniente de depósitos bancários à ordem e depósitos de garantias e cauções.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Ativos fixos tangíveis

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Existem ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

Propriedades de Investimento

Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

Todos os bens de propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível

para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

As licenças de software e programas de computador tem uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes tem uma vida útil estimada de 5 anos.

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

Também as participações financeiras e em associadas estão mensuradas pelo seu custo.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando

há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que o quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

Transferências e subsídios

A participação nos impostos do Estado a que o Município tem direito previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro são reconhecidas na conta 75 o Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente, a Participação fixa no IRS, a Participação no IVA – Artigo 26º da lei 73/2013 e o Fundo Social Municipal, enquanto que o Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital e o Artigo 35º n.º3 da Lei n.º 73/2013 são reconhecidas em outras variações do Património Líquido (conta 593#) sendo posteriormente especializadas á conta 783# na medida em que são afetas a Ativos Fixos Tangíveis sujeitos a depreciações e a Ativos Intangíveis sujeitos a amortizações ou transferidos entre contas de outras variações do património líquido se afetas a ativos não depreciables.

Podem ainda ser afetas a conta 75 se constituírem fonte de financiamento de transferências ou de despesas de capital não reconhecidas como ativos, exemplo, construção de redes de telecomunicações.

Finalmente, nos termos da FAQ 49 do SNC são transferíveis igualmente para a conta 75 se constituírem fontes de financiamento na realização de despesas de capital destinadas a entidades terceiras, para a qual se aguarda a alteração do PCM.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as

condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Sousel, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas								
RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade Industrial e intelectual	409.779,44	391.909,70	0,00	17.869,74	422.912,21	404.061,18	0,00	18.851,03
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	409.779,44	391.909,70	0,00	17.869,74	422.912,21	404.061,18	0,00	18.851,03

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período									
RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	17.869,74	13.132,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.151,48	0,00	18.851,03
Propriedade Industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.869,74	13.132,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.151,48	0,00	18.851,03

Quadro 3.2A - Ativos Intangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Inter nas	Compra	Cessão	Transf . Ou Troca	Exprop.r.	Doação	Dação em Pagament o	Locação Financ.	Fusão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	13.132,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.132,77
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	13.132,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.132,77

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

O Município detém contratos de concessão de serviços, cujo objeto consiste na distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Sousel, em contrato com a E-Redes.

Concessão E-Redes:

Pela exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica em baixa tensão a entidade E-Redes paga uma contrapartida trimestral, calculada anualmente.

O Decreto-Lei 15/2022, publicado em janeiro de 2022, estabelece no nº3 do artigo 285º, que a E-REDES, enquanto concessionário da rede de distribuição de eletricidade em Baixa Tensão, deverá remeter anualmente ao concedente o cadastro atualizado dos ativos em uso na concessão.

Bens afetos a todas as concessões, com valores de 2023:



Concessão de Sousel
Rede de BT e Iluminação Pública em 31.12.2023

Quadro Concessões BT - Imobilizado Bruto										Unidade: euros
Rubricas	Imobilizado em exploração			Subsídios ao investimento			Saldo Final			
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Participações	Valor líquido	
Imobilizado Intangível Regulado	944.502	3.493.511	4.438.013	111.136	1.131.650	1.242.786	4.438.013	1.242.786	3.195.227	
Imobilizado Intangível Regulado aceite	860.731	3.300.875	4.161.606	95.459	1.131.599	1.227.058	4.161.606	1.227.058	2.934.548	
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	83.772	192.635	276.407	15.677	51	15.728	276.407	15.728	260.679	
Específico em BT	944.502	3.493.511	4.438.013	111.136	1.131.650	1.242.786	4.438.013	1.242.786	3.195.227	
Postos Transformação e Seccionamento	371.978	1.053.167	1.425.146	37.638	357.224	394.862	1.425.146	394.862	1.030.283	
Redes aéreas	293.357	959.915	1.253.273	36.369	254.171	290.540	1.253.273	290.540	962.733	
Redes subterrâneas	22.409	437.688	460.097	5.933	227.488	233.421	460.097	233.421	226.676	
Chegadas aéreas	77.947	222.661	300.608	7.499	49.654	57.153	300.608	57.153	243.455	
Chegadas subterrâneas	7.918	98.981	106.899	2.334	76.087	78.421	106.899	78.421	28.478	
Contadores e acessórios:	161.470	42.744	204.214	19.870	51	19.921	204.214	19.921	184.292	
- Contadores	83.772	12.034	95.805	15.677	51	15.728	95.805	15.728	80.077	
- Outro equipamento	77.698	30.710	108.409	4.193	-	4.193	108.409	4.193	104.215	
Equipamentos Acessórios e Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Iluminação pública	9.422	497.753	507.176	1.493	166.974	168.467	507.176	168.467	338.708	
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2017):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Outras Funcionalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Função Medição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2018)	-	180.602	180.602	-	-	-	180.602	-	180.602	
Outro Específico não aceite em BT:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Redes Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Redes Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Chegadas Aéreas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Chegadas Subterrâneas (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Outro equipamento de medição (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Iluminação pública (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Específico em BT aceite	860.731	3.300.875	4.161.606	95.459	1.131.599	1.227.058	4.161.606	1.227.058	2.934.548	
Total Específico em BT não aceite	83.772	192.635	276.407	15.677	51	15.728	276.407	15.728	260.679	
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	944.502	3.493.511	4.438.013	111.136	1.131.650	1.242.786	4.438.013	1.242.786	3.195.227	
TOTAL E-REDES (inclui valor residual das concessões)	944.502	3.493.511	4.438.013	111.136	1.131.650	1.242.786	4.438.013	1.242.786	3.195.227	

1) para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2018

Embora a informação disponibilizada pela E-Redes possa responder ao estabelecido no DL 15/2022, certo é que não é a mais atualizada, tendo o Município efetuado os registos com base da informação mais atualizada possível. A informação não é a mais atualizada pelo facto de a mesma ser remetida ao Município após o encerramento de contas.

Contudo, a Orientação Técnica nº 1 da CNC, aprovada em 18 de fevereiro de 2025, vem assumir que poderão não estar preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros, que impedirão aquele reconhecimento.

Apesar de ser o caso do reconhecimento do património afeto à concessão da E-Redes e dado que esta Orientação Técnica só foi aprovada no decurso de 2025, o Município de Sousel considera que deve continuar a efetuar o seu reconhecimento em 2024, nos termos anteriormente já reconhecidos, não obstante, a continuidade da sua limitação.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas								
RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=[1]-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=[5]-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	2.166.046,33	0,00	0,00	2.166.046,33	2.166.046,33	0,00	0,00	2.166.046,33
Edifícios e outras construções	127.378,07	92.900,33	0,00	34.477,74	127.378,07	99.150,65	0,00	28.227,42
Infraestruturas	24.390.590,02	17.633.821,14	0,00	6.756.768,88	24.402.640,11	18.346.613,34	0,00	6.056.026,77
Património histórico, artístico e cultural	315.618,50	0,00	0,00	315.618,50	326.715,56	0,00	0,00	326.715,56
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	45.553,05	0,00	0,00	45.553,05	614.379,30	0,00	0,00	614.379,30
	27.045.185,97	17.726.721,47	0,00	9.318.464,50	27.637.159,37	18.445.763,99	0,00	9.191.395,38
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	7.269.066,68	4.256.876,15	0,00	3.012.190,53	7.433.846,68	4.501.938,43	0,00	2.931.908,25
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	7.269.066,68	4.256.876,15	0,00	3.012.190,53	7.433.846,68	4.501.938,43	0,00	2.931.908,25
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	1.997.586,05	0,00	0,00	1.997.586,05	1.920.269,84	0,00	0,00	1.920.269,84
Edifícios e outras construções	18.620.743,33	6.143.593,88	0,00	12.477.149,45	18.528.071,95	6.432.307,09	0,00	12.095.764,86
Equipamento básico	2.377.669,15	1.775.657,58	0,00	602.011,57	2.452.916,97	1.867.347,61	0,00	585.569,36
Equipamento de transporte	2.640.159,50	2.131.196,14	0,00	508.963,36	3.005.925,40	2.189.466,09	0,00	816.459,31
Equipamento administrativo	735.572,70	638.499,47	0,00	97.073,23	732.628,09	649.727,02	0,00	82.901,07
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	761.651,61	578.086,63	0,00	183.564,98	793.733,88	623.479,35	0,00	170.254,53
Ativos fixos tangíveis em curso	85.917,93	0,00	0,00	85.917,93	138.654,18	0,00	0,00	138.654,18
	27.219.900,27	11.267.033,70	0,00	15.952.866,57	27.572.200,31	11.762.327,16	0,00	15.809.873,15
TOTAL	61.533.552,92	33.250.631,32	0,00	28.282.921,60	62.643.206,36	34.710.029,58	0,00	27.933.176,78

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revaloriza- ções	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	2.166.046,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.166.046,33
Edifícios e outras construções	34.477,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.250,32	0,00	28.227,42
Infraestruturas	6.756.768,88	12.050,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-712.792,20	0,00	6.056.026,77
Património histórico, artístico e cultural	315.618,50	11.097,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	326.715,56
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	45.553,05	568.826,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	614.379,30
	9.318.464,50	591.973,40	0,00	0,00	0,00	0,00	-719.042,52	0,00	9.191.395,38
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	3.012.190,53	267.915,22	0,00	0,00	0,00	0,00	-245.062,28	-103.135,22	2.931.908,25
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.012.190,53	267.915,22	0,00	0,00	0,00	0,00	-245.062,28	-103.135,22	2.931.908,25
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	1.997.586,05	31.342,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-108.659,13	1.920.269,84
Edifícios e outras construções	12.477.149,45	26.250,00	136.051,48	0,00	0,00	0,00	-288.713,21	-254.972,86	12.095.764,86
Equipamento básico	602.011,57	76.297,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-91.690,03	-1.049,68	585.569,36
Equipamento de transporte	508.963,36	475.183,69	0,00	0,00	0,00	0,00	-58.269,95	-109.417,79	816.459,31
Equipamento administrativo	97.073,23	12.905,65	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.227,55	-15.850,26	82.901,07
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	183.564,98	32.082,27	0,00	0,00	0,00	0,00	-45.392,72	0,00	170.254,53
Ativos fixos tangíveis em curso	85.917,93	188.787,73	-136.051,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138.654,18
	15.952.266,57	842.849,76	0,00	0,00	0,00	0,00	-495.293,46	-489.949,72	15.809.873,15
TOTAL	28.282.921,60	1.702.738,38	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.459.398,26	-593.084,94	27.933.176,78

Quadro 5.2A - Ativos fixos tangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferên- cia ou troca	Expropria- ção	Doação, herança e outros	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturaçã o	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	12.050,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.050,09
Património histórico, artístico e cultural	0,00	11.097,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.097,06
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	568.826,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	568.826,25
	0,00	591.973,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	591.973,40
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	5.316,84	234.589,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.009,16	267.915,22
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	5.316,84	234.589,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.009,16	267.915,22
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	15.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.592,92	31.342,92
Edifícios e outras construções	0,00	26.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.250,00
Equipamento básico	0,00	76.297,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.297,50
Equipamento de transporte	0,00	220.995,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	254.187,81	0,00	0,00	475.183,69
Equipamento administrativo	0,00	12.905,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.905,65
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	32.082,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.082,27
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	188.787,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188.787,73
	0,00	573.069,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	254.187,81	0,00	15.592,92	842.849,76
TOTAL	0,00	1.170.359,27	234.589,22	0,00	0,00	0,00	0,00	254.187,81	0,00	43.602,08	1.702.738,38

Quadro 5.2B - Ativos fixos tangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	-103.135,22	-103.135,22
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	-103.135,22	-103.135,22
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-23.301,61	-74.167,50	0,00	0,00	-11.190,02	-108.659,13
Edifícios e outras construções	-26.464,97	-228.507,89	0,00	0,00	0,00	-254.972,86
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.049,68	-1.049,68
Equipamento de transporte	-109.417,79	0,00	0,00	0,00	0,00	-109.417,79
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.850,26	-15.850,26
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-159.184,37	-302.675,39	0,00	0,00	-28.089,96	-489.949,72
TOTAL	-159.184,37	-302.675,39	0,00	0,00	-131.225,18	-593.084,94

No que diz respeito às transferências ou trocas, o Município de Sousel durante o ano de 2024 passou para a ULSALE a Extensão de Saúde de Cano e Extensão de Saúde de Casa Branca por estes ativos não reunirem as condições de reconhecimento de ativos na posse do Município de Sousel, devendo os mesmos serem reconhecidos pela ULSALE.

As restantes diminuições resultaram de abates de ativos.

Os ativos Fixos Tangíveis que se mantem em curso no ano 2024 são os apresentados no seguinte mapa.

Descrição	Valor
Ativos Fixos Tangíveis em curso - Dominio Público	614.379,30 €
Águas Pluviais Santo Amaro	99.030,38 €
Largo Rossio Cano - Projeto	5.412,00 €
Ecopista - Projeto	1.076,25 €
Reparação de Edifícios Municipais	38.754,13 €
Requalificação Olival dos Escritores	223.670,05 €
Beneficiação de Arruamentos no Concelho	162.119,99 €
Ponte da Ribeira de Alcórrego - Projeto	45.571,50 €
EM 508 - Cruz CM 1096 CB - Projeto	38.745,00 €
Ativos Fixos Tangíveis em curso - Dominio Privado	138.654,18 €
Coworking	61.377,00 €
Estratégia Local de Habitação - Projeto	61.407,75 €
Posto GNR Fiscalização e medições	15.869,43 €
TOTAL	753.033,48 €

Nota 6 - Locações

Relativamente às locações financeiras, o Município de Sousel tem 4 contratos de locação financeira, cujos dados se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 6.1 - Locações financeiras - locatário

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Equipamento Transporte - 434	690.459,66 €	50.254,83 €	0,00 €	325.237,24 €	0,00 €	74.069,51 €	300.833,40 €	0,00 €	374.902,91 €	378.900,83 €
Total	690.459,66 €	50.254,83 €	0,00 €	325.237,24 €	0,00 €	74.069,51 €	300.833,40 €	0,00 €	374.902,91 €	378.900,83 €

O Município de Sousel tem 1 contratos de locação operacional, cujos dados se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 6.2 - Locações operacionais - locatário

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Locação de Veículo Elétrico Ligeiro de Passageiros	26.610,55 €	6.652,68 €	0,00 €	17.038,23 €	0,00 €	6.652,64 €	2.919,68 €	0,00 €	9.572,32 €	8.323,81 €
Total	26.610,55 €	6.652,68 €	0,00 €	17.038,23 €	0,00 €	6.652,64 €	2.919,68 €	0,00 €	9.572,32 €	8.323,81 €

O valor dos referidos contratos de Médio e Longo prazo é de 305.786,84 euros e o valor dos contratos a Curto Prazo é de 74.862,47 euros, no total de 380.649,31 euros, conforme evidenciado no Balanço.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

O Município de Sousel tem 6 contratos de empréstimos, cujos dados se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Nome da Instituição	Data da Contrat.	Prazo do Contrato	Visto T.C.		Capital		Taxa Juro		Pagamentos anos anteriores		Pagamentos do ano		Encargos vencidos e não pagos	Divida em 01 de Janeiro	Divida em 31 de Dezembro		
			Nº Reg.	Data	Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização				Juros	Total
BPI	12/01/06	20	1171	07/09/06	94.996,40	94.996,40	3.83	3.83	80.426,78	16.379,06	96.805,84	4.856,54	556,35	5.412,89	0,00	14.569,62	9.713,08
Novo Banco	13/02/09	20	27	12/03/09	250.000,00	88.600,00	1.72	4.42	61.527,75	12.474,08	74.001,83	4.922,22	1.264,12	6.186,34	0,00	27.072,25	22.150,03
Novo Banco	12/03/09	20	33	30/03/09	164.555,33	164.555,33	2,51	4,28	114.274,50	23.610,63	137.885,13	9.141,96	2.375,13	11.517,09	0,00	50.280,83	41.138,87
CGD	10/10/16	15	2293	30/11/16	664.896,00	664.896,00	0,07	2,63	263.449,41	49.864,40	313.313,81	50.180,84	18.537,71	68.718,55	0,00	401.446,59	351.265,75
BPI	30/05/19	12	1891	13/09/19	1.606.170,98	1.369.625,32	0,17	2,47	485.075,66	61.391,51	546.467,17	114.135,44	40.153,16	154.288,60	0,00	884.549,66	770.414,22
BPI	13/05/20	15	2062	19/08/20	700.000,00	700.000,00	0,08	2,27	79.245,62	26.223,85	105.469,47	52.830,16	26.276,00	79.106,16	0,00	620.754,38	567.924,22
TOTAL MLP					3.480.618,71	3.082.673,05			1.083.999,72	189.943,53	1.273.943,25	236.067,16	89.162,47	325.229,63	0,00	1.998.673,33	1.762.606,17

Nome da Instituição	Passivo não corrente	Passivo Corrente
BPI	4.856,54 €	4.856,54 €
Novo Banco	17.227,81 €	4.922,22 €
Novo Banco	31.996,91 €	9.141,96 €
CGD	301.084,91 €	50.180,84 €
BPI	656.278,78 €	114.135,44 €
BPI	515.094,06 €	52.830,16 €
TOTAL	1.526.539,01 €	236.067,16 €

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro 8.1 – Propriedades de investimento

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações					Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Amortiz. Período	Perdas por Imparidade	Diminuições	
Bens de Domínio Público							
Terrenos e Recursos Naturais	39.487,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.487,25
Edifícios e Outras Construções	2.601.003,17	0,00	0,00	-71.257,08	0,00	0,00	2.529.746,09
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.640.490,42	0,00	0,00	-71.257,08	0,00	0,00	2.569.233,34

Nota 9 – Imparidade de ativos

Imparidade de Ativos				
Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	309.941,08	152.629,49	0,00	157.311,59
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	51.162,53	6.447,50	0,00	44.715,03
Total:	361.103,61	159.076,99	0,00	202.026,62

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2024 - custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 10.1 - Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	157,57	0,00	157,57
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	51.162,53	6.447,50	44.715,03
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	51.320,10	6.447,50	44.872,60

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	421,26	5.286,31	5.475,84	0,00	0,00	0,00	77,26	3,10	157,57
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	33.993,50	473.587,53	462.934,71	0,00	0,00	0,00	194,05	262,76	44.715,03
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	34.414,76	478.873,84	468.410,55	0,00	0,00	0,00	271,31	265,86	44.872,60

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

As taxas estão subordinadas aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, incidindo sobre utilidades prestadas aos particulares, geradas pela atividade dos municípios ou resultantes da realização de investimentos municipais. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13.1 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas específicas das Autarquias Locais	70.240,54		21.008,77	15.730,21	
Vendas	4.680,22		73.354,67	68.130,65	
Prestação de serviços	1.038.358,14		370.292,04	322.632,50	
Outros Proveitos Suplementares	2.957,00		682,96	682,96	
Rendimentos em investimentos não financeiros	344.088,65		0,00	0,00	
Juros obtidos	321,24		0,00	0,00	
Dividendos obtidos	12.039,22		0,00	0,00	
TOTAL	1.472.685,01 €	0,00 €	465.338,44 €	407.176,32 €	

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos, taxas e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. Neste caso em concreto temos o IMI que é um imposto devido às autarquias locais e cuja liquidação e cobrança ocorre no ano seguinte àquele em que o imposto diz respeito. Por este motivo, no final do período de relato em análise (2024), o Município reconheceu, conforme previsto na Portaria nº189/2016, de 14 de julho, o rendimento com base na estimativa do valor patrimonial tributário dos Imóveis, sendo este reconhecimento no montante de 455.579,00 euros.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos	623.709,76		0,00	0,00	
Impostos indiretos	287.818,02		0,00	0,00	
Multas e outras penalidades	14.804,80		13.140,05	13.136,80	
Outros Rendimentos do Estado	0,00		0,00	0,00	
Transferências e subsídios correntes obtidos	6.404.747,78		21.200,69	109,55	
Transferências e subsídios de capital		946.361,01	0,00	0,00	
TOTAL	7.331.080,36	946.361,01	34.340,74	13.246,35	

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Sousel, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi mantida a provisão para outros riscos e encargos em 436.515,48 euros, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Foram constituídas as seguintes provisões de novos processos judiciais em curso, interpostos pelas seguintes entidades:

- Município de Sousel a Maria Luzia Parreira, no montante de 9.748,30 euros;

Quadro 15.1 - Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	426.767,18	0,00	0,00	9.748,30	9.748,30	0,00	0,00	0,00	0,00	436.515,48
Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	426.767,18	0,00	0,00	9.748,30	9.748,30	0,00	0,00	0,00	0,00	436.515,48

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Entendeu o município proceder à consolidação de contas, dado que possui uma participação financeira (7,2466%) na Empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, SA, e que por força do disposto no artigo 75º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, bem como do Ponto 6.3. do Contrato de Gestão delegada celebrado entre a empresa e os municípios integrantes, que estabelece que o exercício dos poderes referidos nos pontos 6.1 e 6.2 do Contrato é realizado de forma unânime e conjunta por todos os municípios, não podendo ser exercido pelos mesmos de forma maioritária, individual nem autónoma.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros mensurados ao custo menos as perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados.

Quadro 18.1 - Instrumentos Financeiros - Ativo

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2024		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Activos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	...			
		...			
		Subtotais			
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p/transf.sub.emp.bonif.			
		- Dev. por transf. e sub. não reemb.	0,00	0,00	0,00
		Clientes, contribuintes e utentes			
		- Clientes c/c	297 352,01	158 547,93	138 804,08
		- Contribuintes	1 455,50	0,00	1 455,50
		- Utentes	11 133,57	0,00	11 133,57
		Outros ativos			
		- Pessoal	0,00	0,00	0,00
		- Estado e out.ent.públicos	119 098,58	0,00	119 098,58
		- Dev. por acréscimos	724 109,72	0,00	724 109,72
		- Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00
		- Devedores diversos	619,94	0,00	619,94
		- Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00
		- Gastos a reconhecer	5 589,26	0,00	5 589,26
		Participações financeiras	2 008 483,08	0,00	2 008 483,08
		Subtotais	3 167 841,66	158 547,93	3 009 293,73
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo	Património/Capital	10 545 290,95		10 545 290,95
		Reservas	34 394,74		34 394,74
		Resultados transitados	1 006 402,74		1 006 402,74
		Ajustamento em ativos financeiros	411 587,68		411 587,68
		Outras variações no Património Líquido	19 343 616,85		19 343 616,85
		Subtotais	31 341 292,96		31 341 292,96
		Totais	34 509 134,62	158 547,93	34 350 586,69

Em 2024 foram criados 6.535,17 euros e revertidas 616,73 euros de imparidades perfazendo o valor 158.547,93 euros de imparidades acumuladas.

Quadro 18.2 - Instrumentos Financeiros - Passivo

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2024		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/transf.sub.emp.bonif.			
		- Cred. por transf. e sub. não reemb.	9 187,63	0,00	9 187,63
		- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	0,00	0,00	0,00
		Fornecedores	796 029,44	0,00	796 029,44
		Outros passivos			
		- Pessoal	0,00	0,00	0,00
		- Estado e out.ent.públicos	86 115,32	0,00	86 115,32
		- Fornecedores de investimentos	1 349,27	0,00	1 349,27
		- Cred. por acréscimos	586 185,86	0,00	586 185,86
		- Credores diversos	201 303,56	0,00	201 303,56
		- Rendimentos a reconhecer	2 098 899,68	0,00	2 098 899,68
		Financiamentos obtidos	2 197 038,86		2 197 038,86
		Subtotais	5 976 109,62	0,00	5 976 109,62
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...			0,00
		...			0,00
		Subtotais			0,00
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...			0,00
		...			0,00
		Subtotais			0,00
		Totais	5 976 109,62	0,00	5 976 109,62

O Município de Sousel aplicava o Método de Equivalência Patrimonial nas participações Financeiras detidas nas participadas (AdVT e VALNOR). Contudo, dado que essas participações não são expressivas (0,19% e 1,04%), o Município decidiu, em conformidade com as NCP 18 e NCP 13 passar a mensurar esses ativos ao seu custo.

Para a empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, SA, onde o Município de Sousel detém uma participação de 7,2466%, e atendendo ao estipulado no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado por RFALEI, prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas e uma vez que se trata de uma entidade que dispõe de Controlo conjunto, com partilha do controlo através de um acordo vinculativo, que apenas existe quando as decisões relativas às atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo.

Ora, o ponto 6.3. do contrato de gestão delegada estabelece que o exercício dos poderes referidos nos pontos 6.1 e 6.2 é realizado de forma unânime e conjunta por todos os municípios, não podendo ser exercido pelos mesmos de forma maioritária, individual nem autónoma, motivo pelo qual foi utilizado o MEP na conta consolidada.

Apresentamos o cálculo efetuado com os dados da empresa a consolidar:

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Ao nível dos benefícios a empregados destaca-se o valor referente a remuneração base no montante de 2.325.629,64 euros e encargos no montante de 665.155,31 euros. Os valores de subsídio de Natal e férias ascendem a 396.689 euros, seguindo-se o subsídio de refeição no montante de 219.144 euros.

No que se refere ao total dos suplementos e outras componentes remuneratórias, estas dizem respeito sobretudo a encargos com saúde dos trabalhadores e a encargos com participações para os sistemas de apoio social.

Quadro 19.1 - Recursos humanos, remunerações e outros benefícios	
Informação Geral	
Número médio de trabalhadores	162
Total de trabalhadores no início do exercício	163
Total de trabalhadores no final do exercício	161
Fluxos de entradas e de saídas	
N.º de trabalhadores admitidos e regressados	13
N.º de trabalhadores que saíram durante o exercício	15
Remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias	
Total das remunerações base	2.325.629,64 €
Total de subsídio de férias / Natal	393.689,37 €
Total de subsídios de refeição	219.144,00 €
Total do abono de ajudas de custo e de transporte	11.140,85 €
Total de remunerações por trabalho suplementar e extraordinário	58.388,98 €
Total de remunerações por trabalho suplementar e extraordinário	105.792,47 €
Total de encargos sobre remunerações	665.155,31 €
TOTAL GERAL	3.778.940,62 €

Nota 23 – Outras divulgações

Nesta nota apresentamos os valores do mapa da Demonstração de Resultados, valores estes que não se encontram nas notas acima indicadas.

23.1 – Fornecimentos e Serviços Externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos atingiram o montante de 1.772.589,75 euros, registando uma variação de cerca de 29%, relativamente ao ano anterior.

No quadro seguinte indica-se os valores de Fornecimentos e serviços externos.

Quadro 23.1 - Fornecimentos e Serviços Externos

Conta	Designação	Valor
621	Subcontratos e parcerias	219.793,92
622	Serviços especializados	1.047.361,82
623	Materiais de consumo	4.230,42
624	Energia e fluidos	157.869,63
625	Deslocações, estadas e transportes	20.072,54
626	Serviços diversos	323.261,42
TOTAL		1.772.589,75

23.2 – Transferências e Subsídios Concedidos

Relativamente às transferências e subsídios concedidos, estes constam do mapa 19 – Transferências e subsídios despesa, o qual faz parte integrante da Prestação de Contas 2024, registando um valor de 1.210.273,54 euros. Estes apoios foram prestados às famílias e instituições.

No quadro seguinte indica-se os valores de Transferências e Subsídios Concedidos.

Quadro 23.2 - Transferências e Subsídios Concedidos

Conta	Designação	Valor
60131	Associações de Municípios	18.861,32
60135	Freguesias	148.428,09
60136	Empresas Locais	35.782,09
60161	Instituições sem Fins Lucrativos	555.126,77
60162	Famílias	150.817,12
Total de Transferências correntes concedidas		909.015,39
60236	Empresas Locais	170.640,29
60461	Instituições sem Fins Lucrativos	130.617,86
Total de Transferências capital concedidas		301.258,15
TOTAL		1.210.273,54

23.3 – Outros Rendimentos

Os Outros Rendimentos atingiram o montante de 1.232.319,35 euros, destacando-se a rubrica de Outros Rendimentos no montante de 961.175,83 euros.

No quadro seguinte indica-se os valores de Outros Rendimentos.

Quadro 23.3 - Outros Rendimentos

Conta	Designação	Valor
781	Rendimentos suplementares	2.957,00
784	Ganhos em inventários	97,87
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	268.088,65
788	Outros	961.175,83
TOTAL		1.232.319,35

23.4 – Outros Gastos

No que diz respeito aos Outros Gastos, estes atingiram o montante de 631.129,99 euros, destacando-se a rubrica de gastos em investimentos não financeiros, no montante de 194.327,50 euros.

No quadro seguinte indica-se os valores de Outros Gastos.

Quadro 23.4 - Outros Gastos

Conta	Designação	Valor
681	Impostos e taxas	165 005,96
684	Perdas em inventários	80,07
687	Gastos em investimentos não financeiros	194 327,50
688	Outros	107 109,86
685	Perdas AAA	164 606,60
TOTAL		631 129,99

23.5 – Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Os Juros e Rendimentos Similares Obtidos atingiram o montante 12.360,46 euros, na rubrica de Juros obtidos.

No quadro seguinte indica-se os valores de Juros e Rendimentos Similares Obtidos.

Quadro 23.5 - Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Conta	Designação	Valor
791	Juros obtidos	321,24
792	Dividendos obtidos	12.039,22
TOTAL		12.360,46

23.6 – Juros e Gastos Similares Suportados

Relativamente aos Juros e Gastos Similares Suportados, estes atingiram o montante de 100.816,46 euros, destacando-se a rubrica de juros de financiamentos obtidos, no montante 87.875,38 euros, onde se encontram os juros pagos dos empréstimos contraídos.

No quadro seguinte indica-se os valores de Juros e Gastos Similares Suportados.

Quadro 23.6 - Juros e Gastos Similares Suportados

Conta	Designação	Valor
6911	Juros de financiamentos obtidos	87.875,38
6912	Juros de locação financeira e concessões	8.465,68
6913	Juros tributários	173,18
6918	Outros juros	4.302,22
TOTAL		100.816,46

23.7 – Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

No que diz respeito às Transferências e Subsídios Correntes Obtidos, estas atingiram o montante de 6.404.747,78 euros, destacando-se a rubrica de Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), no montante de 3.589.735,04 euros.

No quadro seguinte indica-se os valores de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos.

Quadro 23.7 - Transferências Correntes

Conta	Designação	Valor
7511110	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	654.656,83
751113	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	3.589.735,04
751114	Fundo Social Municipal (FSM)	119.310,00
751115	Participação no IRS	150.324,00
751117	Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	884.822,00
751118	Participação do IVA	75.235,85
751119001	Comissão Protecção de Crianças e Jovens	11.849,52
751119002	Autoridade Florestal Nacional	69.924,70
751119003	Gabinete Técnico Florestal	13.979,00
751119006	SAMA-Formação dos trabalhadores da AP-SAMA-Moder Administrativa	11.737,38
751119008	SGMAI - Transf. Verba Eleições AL/Legis	1.549,77
751119009	PEPAL	6.380,76
751119010	Programação Cultural Rede	430,21
751119012	Radar Social	55.119,88
751129001	Contrato Emprego Inserção	22.195,67
751129002	Prog.Emprego Apoio Qua.Pessoas c/deficiência e Incapacidade	15.046,68
751129004	Fundo Ambiental - Bem estar Animal	840,00
751129005	APA - Ribeira do Lupe	650.000,00
75119001	Transferência de Competências - Saúde	71.610,49
TOTAL		6.404.747,78

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Sousel ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.



ANEXO I - Caracterização da Entidade

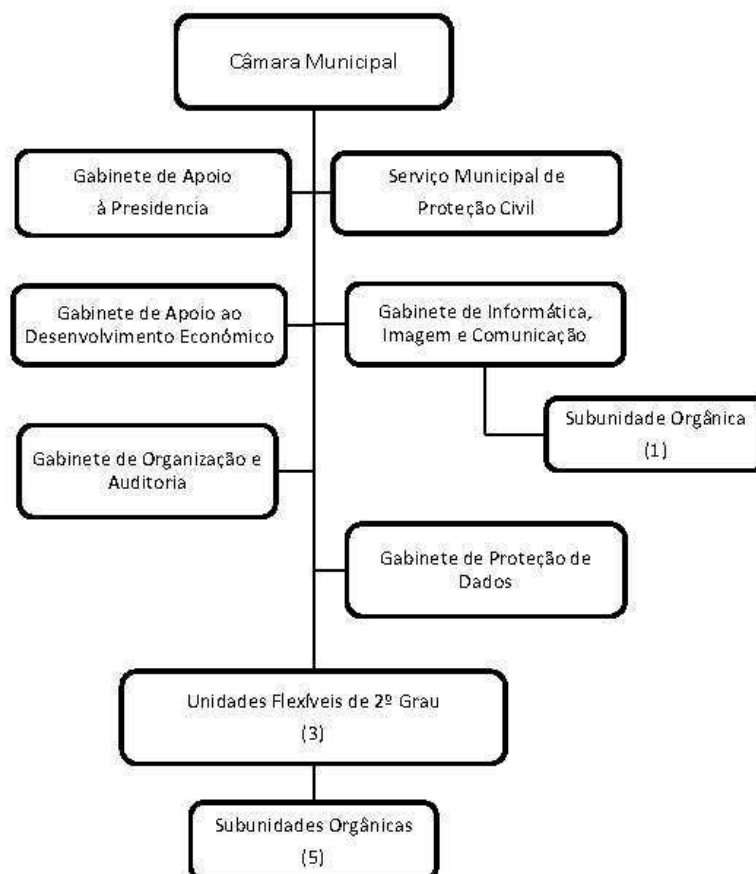
CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE										
1. IDENTIFICAÇÃO										
Designação		Município de Sousel								
NIPC		506809560								
Natureza		Administração Local								
Endereço postal		Praça da República, 7470-220 Sousel								
Telefone / Fax		268550100								
Endereço de correio eletrónico		geral@cm-sousel.pt								
Sítio na internet		www.cm-sousel.pt								
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?					Sim			Não X		
Organograma		Anexo								
2. LEGISLAÇÃO										
Regime Financeiro		Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro								
Regime Jurídico		Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro								
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE										
		Sim			Não					
Serviços Municipalizados					X					
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)		Influência dominante								
Serviços Intermunicipalizados										
Entidades Intermunicipais										
Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo					X					
Entidades Associativas Municipais										
Empresas Locais										
Empresas Participadas										
Águas do Vale do Tejo, S. A.					X					
VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos SA					X					
Águas do Alto Alentejo, E.M., S. A.					X					
Entidades de outra natureza										
Arealentejo - Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo					X					
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES										
Atividade Municipal de acordo com a Lei das Atribuições e Competências das Autarquias.										
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO										
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO										
Manuel Joaquim da Silva Valério										
António Dâmaso Alfaiade Camilho										
Sílvia Maria Castanho Eliseu										
Diogo Guilherme Duarte Espanhol										
Ana Melinda do Rosário Velez Maluco										
5.2 NÚMERO DE VEREADORES (1)										
Em regime de permanência.....		1			5					
A meio tempo.....		0			0					
Restantes vereadores.....		0			0					
5.3 NÚMERO DE ELEITORES										
Até 10.000.....		0			X					
Mais de 10.000 e menos de 40.000.....		0			0					
Igual ou superior a 40.000.....		0			0					

6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA															
	Referencial contabilístico: As demonstrações financeiras foram preparadas, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.															
7.	OUTRA INFORMAÇÃO															
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)															
	Entidade fiscalizadora															
	Data da ação															
	Período abrangido															
	Identificação da ação															
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Data de Aprovação</th> </tr> <tr> <th>Órgão Executivo</th> <th>Órgão Deliberativo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Norma de Controlo Interno</td> <td>09/03/2015</td> </tr> <tr> <td>Regulamentos</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações</td> <td>29/12/2009</td> </tr> <tr> <td>Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			Data de Aprovação		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	Norma de Controlo Interno	09/03/2015	Regulamentos		Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	29/12/2009	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão	
Data de Aprovação																
Órgão Executivo	Órgão Deliberativo															
Norma de Controlo Interno	09/03/2015															
Regulamentos																
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	29/12/2009															
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão																
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Data de Aprovação</th> </tr> <tr> <th>Órgão Executivo</th> <th>Órgão Deliberativo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Revisão Orçamental</td> <td>31/01/2024</td> </tr> <tr> <td>Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)</td> <td>09/02/2024</td> </tr> </tbody> </table>			Data de Aprovação		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	Revisão Orçamental	31/01/2024	Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)	09/02/2024				
Data de Aprovação																
Órgão Executivo	Órgão Deliberativo															
Revisão Orçamental	31/01/2024															
Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)	09/02/2024															
7.4	INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS															
	Identificação das entidades que compõem o Grupo Público															
7.5	DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não													
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>												
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>												
7.6	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não													
	- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>												
	- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>												
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não													
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> a)												
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	161														
7.8	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)															
	- Data da constituição															
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício															
	- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência															
7.9	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não													
	(a especificar)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>												
	- Concessionário	Nota: No caso da Autarquia ser concedente no âmbito de vários contratos, deverá apresentar uma quadro com a informação prevista, por cada contrato														
	- Objeto da concessão															
	- Data de celebração do contrato															
	- Período da concessão															
	- Natureza da concessão															
7.10	MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	Sim	Não													
	(a especificar)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>												

[1] Anexar no separador "Outros documentos" cópia da ata onde conste a deliberação para fixação do número de vereadores.

[2] Anexar no separador "Outros documentos" a) não existem limites legais

ANEXO II - Organograma



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Município de Sousel - Câmara Municipal							
Demonstração consolidada do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2024							Valores em €
RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gerência anterior	297.042,94	0,00	2.217.057,26	0,00	187.314,86	2.701.415,06	1.819.687,47
Operações Orçamentais [1]	297.042,94	0,00	2.217.057,26	0,00	0,00	2.514.100,20	1.603.186,15
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	187.314,86	187.314,86	216.502,32
Recabimento do saldo devolvido por outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente	8.115.843,30	0,00	6.360,76	0,00	0,00	8.122.204,06	6.676.669,65
R1 Receita Fiscal	717.188,31	0,00	0,00	0,00	0,00	717.188,31	928.794,31
R1.1 Impostos diretos	717.188,31	0,00	0,00	0,00	0,00	717.188,31	928.794,31
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	90.275,36	0,00	0,00	0,00	0,00	90.275,36	79.611,31
R4 Rendimentos de propriedade	279.894,60	0,00	0,00	0,00	0,00	279.894,60	416.810,76
R5 Transferências e subsídios correntes	6.447.973,08	0,00	6.360,76	0,00	0,00	6.454.333,84	5.125.642,90
R5.1 Transferências correntes	6.447.973,08	0,00	6.360,76	0,00	0,00	6.454.333,84	5.125.642,90
R5.1.1 Administrações Públicas	6.447.973,08	0,00	6.360,76	0,00	0,00	6.454.333,84	5.125.642,90
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	5.797.133,08	0,00	6.360,76	0,00	0,00	5.803.513,84	5.125.642,90
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	660.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660.840,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2 Exterior - U.E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	577.518,05	0,00	0,00	0,00	0,00	577.518,05	323.078,66
R7 Outras receitas correntes	2.993,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2.993,90	2.631,71
Receita de capital	2.115.717,98	0,00	150.683,53	0,00	0,00	2.266.401,51	2.722.049,16
R8 Venda de bens de investimento	179.437,71	0,00	0,00	0,00	0,00	179.437,71	2.878,75
R9 Transferências e subsídios de capital	1.936.280,27	0,00	150.683,53	0,00	0,00	2.086.963,80	2.719.170,41
R9.1 Transferências de capital	1.936.280,27	0,00	150.683,53	0,00	0,00	2.086.963,80	2.719.170,41
R9.1.1 Administrações Públicas	1.936.280,27	0,00	150.683,53	0,00	0,00	2.086.963,80	2.719.170,41
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	1.905.235,90	0,00	150.683,53	0,00	0,00	2.055.919,43	2.701.207,25
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	31.044,37	0,00	0,00	0,00	0,00	31.044,37	17.963,16
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U.E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	426,69	0,00	0,00	0,00	0,00	426,69	933,40
Receita efetiva [2]	10.231.966,17	0,00	157.064,29	0,00	0,00	10.389.030,46	9.599.542,21
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.343,38
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.343,38
Soma [4] = [1] + [2] + [3]	10.529.931,11	0,00	2.374.121,55	0,00	0,00	12.903.152,66	11.204.070,74
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	49.637,38	49.637,38	66.766,25

Município de Sousel - Câmara Municipal							
Demonstração consolidada do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2024							Valores em €
RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	7.317.322,80	0,00	57.915,97	0,00	0,00	7.375.238,77	6.530.436,59
D1 Despesas com o pessoal	3.751.034,12	0,00	9.003,22	0,00	0,00	3.760.037,34	3.631.293,87
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	2.943.132,73	0,00	8.438,17	0,00	0,00	2.951.570,90	2.785.235,43
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	112.128,14	0,00	570,05	0,00	0,00	112.698,19	78.666,63
D1.3 Segurança Social	695.823,25	0,00	0,00	0,00	0,00	695.823,25	757.371,81
D2 Aquisição de bens e serviços	2.315.650,18	0,00	16.376,53	0,00	0,00	2.332.026,71	1.850.818,58
D3 Juros e outros encargos	91.917,16	0,00	10.186,39	0,00	0,00	102.103,55	96.993,81
D4 Transferências e subsídios correntes	1.059.473,14	0,00	22.257,35	0,00	0,00	1.081.730,49	862.982,19
D4.1 Transferências correntes	869.932,95	0,00	22.257,35	0,00	0,00	911.090,30	862.982,19
D4.1.1 Administrações Públicas	169.860,56	0,00	17.480,75	0,00	0,00	207.341,31	231.209,22
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	42.666,63	0,00	0,00	0,00	0,00	42.666,63	70.611,01
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	147.193,93	0,00	17.480,75	0,00	0,00	164.674,68	160.599,21
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	525.624,87	0,00	4.600,00	0,00	0,00	530.224,87	524.512,04
D4.1.3 Famílias	133.375,48	0,00	165,60	0,00	0,00	133.541,08	107.260,93
D4.1.4 Outras	39.971,94	0,00	0,00	0,00	0,00	39.971,94	0,00
D4.2 Subsídios correntes	170.640,29	0,00	0,00	0,00	0,00	170.640,29	0,00
D5 Outras despesas correntes	59.198,20	0,00	87,48	0,00	0,00	59.285,68	88.351,14
Despesa de capital	1.391.644,79	0,00	83.129,73	0,00	0,00	1.474.773,52	1.923.463,79
D6 Aquisição de bens de capital	1.250.735,59	0,00	83.129,73	0,00	0,00	1.333.864,32	1.524.570,46
D7 Transferência e subsídios de capital	130.617,86	0,00	0,00	0,00	0,00	130.617,86	184.403,42
D7.1 Transferências de capital	130.617,86	0,00	0,00	0,00	0,00	130.617,86	184.403,42
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.764,30
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.764,30
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	130.617,86	0,00	0,00	0,00	0,00	130.617,86	136.639,12
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	10.291,34	0,00	0,00	0,00	0,00	10.291,34	214.489,91
Despesa efetiva [5]	8.708.967,59	0,00	141.044,70	0,00	0,00	8.850.012,29	8.453.903,38
Despesa não efetiva [6]	231.797,50	0,00	4.269,66	0,00	0,00	236.067,16	236.067,16
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	231.797,50	0,00	4.269,66	0,00	0,00	236.067,16	236.067,16
Soma [7]=[5]+[6]	8.940.765,09	0,00	145.314,36	0,00	0,00	9.086.079,45	8.689.970,54
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	38.606,54	38.606,54	95.953,71
Saldo para a gerência seguinte	1.588.266,02	0,00	2.228.807,19	0,00	198.545,70	4.015.618,91	2.701.415,06
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	1.588.266,02	0,00	2.228.807,19	0,00	0,00	3.817.073,21	2.514.100,20
Operações de tesouraria [C] = [A] - [B] + [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	198.545,70	198.545,70	187.314,86
Saldo global [2] - [5]	1.523.020,59	0,00	16.019,59	0,00	0,00	1.539.040,17	1.145.638,83
Despesa primária	8.617.050,43	0,00	130.658,31	0,00	0,00	8.747.708,74	8.356.909,57
Saldo corrente	798.520,50	0,00	-51.535,21	0,00	0,00	746.985,29	346.120,06
Saldo de capital	724.073,19	0,00	67.554,80	0,00	0,00	791.627,99	738.555,37
Saldo primário	1.614.937,74	0,00	26.205,98	0,00	0,00	1.641.143,72	1.242.632,64
Receta total [1] + [2] + [3]	10.529.031,11	0,00	2.374.121,55	0,00	0,00	12.903.152,66	11.204.070,74
Despesa total [5] + [6]	8.940.765,09	0,00	145.314,36	0,00	0,00	9.086.079,45	8.689.970,54

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Município de Sousel - Câmara Municipal							
Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por Natureza em 31 de Dezembro de 2024						Valores em €	
Rubrica	Liquidações	2024	2023	Rubrica	Obrigações	2024	2023
	Receita corrente	8 122 224,06	6 876 559,65		Despesa corrente	7 375 238,77	6 530 439,59
R1	Receita Fiscal	717 188,31	928 784,31	D1	Despesas com o pessoal	3 631 293,87	3 631 293,87
R1.1	Impostos diretos	717 188,31	928 784,31	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	2 951 570,90	2 785 235,43
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	112 698,19	78 686,63
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D1.3	Segurança Social	695 823,25	767 371,81
R3	Taxas, multas e outras penalidades	90 275,36	79 611,31	D2	Aquisição de bens e serviços	2 332 026,71	1 850 818,58
R4	Rendimentos de propriedade	279 894,60	416 810,76	D3	Juros e outros encargos	102 103,55	96 993,81
R5	Transferências e subsídios correntes	6 454 353,84	5 125 642,90	D4	Transferências e subsídios correntes	1 081 730,49	862 982,19
R5.1	Transferências correntes	6 454 353,84	5 125 642,90	D4.1	Transferências correntes	911 090,20	862 982,19
R5.1.1	Administrações Públicas	6 454 353,84	5 125 642,90	D4.1.1	Administrações Públicas	207 351,31	231 209,22
R5.1.1.1	Administração Central -Estado Português	5 803 513,84	5 125 642,90	D4.1.1.1	Administração Central -Estado Português	42 666,63	70 611,01
R5.1.1.2	Administração Central -Outras entidades	650 840,00	0,00	D4.1.1.2	Administração Central -Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	164 684,68	160 598,21
R5.1.2	Exterior -U E	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	530 224,87	524 512,04
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	133 542,08	107 260,93
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	39 971,94	0,00
R6	Venda de bens e serviços	577 518,05	323 078,66	D4.2	Subsídios correntes	170 640,29	0,00
R7	Outras receitas correntes	2 993,90	2 631,71	D5	Outras despesas correntes	99 285,68	88 234,13
	Receita de capital	2 266 401,51	2 722 049,16		Despesa de capital	1 474 773,52	1 923 463,79
R8	Venda de bens de investimento	179 437,71	2 878,75	D6	Aquisição de bens de capital	1 333 864,32	1 524 570,46
R9	Transferências e subsídios de capital	2 086 963,80	2 719 170,41	D7	Transferência e subsídios de capital	130 617,86	184 403,42
R9.1	Transferências de capital	2 086 963,80	2 719 170,41	D7.1	Transferências de capital	130 617,86	184 403,42
R9.1.1	Administrações Públicas	2 086 963,80	2 719 170,41	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	22 764,30
R9.1.1.1	Administração Central -Estado Português	2 055 919,43	2 701 207,25	D7.1.1.1	Administração Central -Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central -Outras entidades	31 044,37	17 963,16	D7.1.1.2	Administração Central -Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	22 764,30
R9.1.2	Exterior -U E	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	130 617,86	136 639,12
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	25 000,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	426,89	933,40	D8	Outras despesas de capital	10 291,34	214 489,91
	Receita efetiva [2]	10 389 052,46	9 599 542,21		Despesa efetiva [5]	885 012,29	8 453 903,38
R12	Receita não efetiva [3]	0,00	1 343,38		Despesa não efetiva [6]	236 067,16	236 067,16
	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	1 343,38	D10	Despesa com passivos financeiros	236 067,16	236 067,16
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	12 903 152,66	11 204 070,74		Soma [7]=[5]+[6]	9 086 079,45	8 689 970,54

O Presidente da Câmara Municipal

O Presidente da Assembleia Municipal

A Vice-Presidente

O 1º Secretário

O Vereador

O 2º Secretário

A Vereadora

O Vereador